

ARTIGO

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO VAI À PERIFERIA: COMUNICAÇÃO POPULAR E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS – 1980/1990

HELOISA DE FARIA CRUZ

Professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6362-2729>

RESUMO: O presente artigo aborda questões sobre a relação entre a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, a comunicação popular e as culturas periféricas na cidade de São Paulo. Tendo como base uma pesquisa realizada no jornal Grita Povo, mantido por quase 10 anos pelo Centro Popular da Região de São Miguel Paulista (CEMI), busca-se problematizar conexões da Teologia da Libertação e das novas práticas religiosas na área da Educação e Comunicação Popular com as dinâmicas de construção dos territórios periféricos e dos movimentos sociais na Zona Leste da cidade de São Paulo entre os anos de 1970 e 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja e Comunicação. Teologia da Libertação. Periferia Urbana. Comunicação Popular. Zona Leste.

LIBERATION THEOLOGY GOES TO THE PERIPHERY: POPULAR COMMUNICATION AND PERIPHERICAL TERRITORIES - 1980/1990

ABSTRACT: This article addresses questions about the relationship between the activities of the progressive sector of the Catholic Church, popular communication and peripheral cultures in the city of São Paulo. Based on research carried out in the newspaper *Grita Povo*, maintained for almost 10 years by the Centro Popular da Região de São Miguel Paulista (CEMI), this article seeks to problematize connections between Liberation Theology and the new religious practices in the area of Education and Popular Communication with the construction dynamics of peripheral territories and social movements in the East Zone of the city São Paulo between the 1970s and 1980s.

KEYWORDS: Church and Communication. Liberation Theology. Urban Periphery. Popular Communication. East Zone.

Recebido em: 18/05/2023

Aprovado em: 24/07/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p451-475>



Introdução

O apelo abaixo reproduz um trecho da coluna assinada por D. Angélico Bernardino, na edição de número 11 do jornal Grita Povo, que foi publicada, em junho de 1983, pelo Centro Popular da Região de São Miguel Paulista (CEMI):

Precisamos participar! Nada de marginização. É necessário dialogar! Nada de isolamento. É urgente que nos comuniquemos, pois nos tornamos mais gente, na medida em que nos relacionamos com os outros! Cada pessoa deve ser um COMUNICADOR! Passar adiante notícias que sacodem, que ajudam o outro a se realizar na vida! Cada pessoa precisa se tornar um anunciador de experiências que colaboram com a libertação dos outros! Jesus mesmo nos empurra, com a ordem “Vão pelo mundo todo anunciando a notícia de um mundo de irmãos”. (Mt 28.19) (JORNAL GRITA POVO, n. 11, jun. 1983, p. 3).

O texto de D. Angélico, então bispo da Região Episcopal Leste II - São Miguel Paulista e um dos principais personagens da chamada Igreja Progressista de São Paulo, que, a partir do quarto número do referido periódico, assumiu como jornalista responsável pela publicação, remete-nos à discussão dos caminhos e dos sentidos históricos da atuação da chamada Igreja Progressista nas periferias das metrópoles brasileiras no período. Ademais, sinaliza, também, como setores importantes da Igreja Católica responderam aos desafios colocados pelo papel crescente dos meios de comunicação na reconfiguração do campo religioso no país, além de propor a discussão sobre inúmeras questões relativas a relações entre mídia, religião e culturas populares. Para o que interessa mais de perto à discussão aqui proposta, o texto remete à reflexão sobre as ações dos setores progressistas voltadas para a comunicação popular e os seus impactos junto aos espaços e ambientes populares do país.

De início, há que se reconhecer que, no contexto atual, as religiões têm se transformado, mais e mais, em um elemento central das dinâmicas culturais e políticas de nossa sociedade, e as relações entre as diferentes mídias e a reconfiguração do campo religioso emergem como questões de destaque da reflexão sobre a nossa história recente.

Como destaca Joanildo Burity (2008, p. 94), “as religiões e as diferenças religiosas são um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em

nosso tempo, quer quando se expressam de forma regressiva, quer emancipatória”.

Da mesma forma, a reflexão sobre a natureza das transformações das sociedades contemporâneas propõe o estudo das interfaces das dinâmicas desses processos religiosos com os meios de comunicação. Como já de há muito nos alerta Jesús Martín-Barbero (2009), nas sociedades contemporâneas, a comunicação não pode ser entendida como dimensão paralela ou reflexa da realidade social, mas, antes, como dimensão central na configuração e nos rumos dos processos sociais.

Articulando essas perspectivas, interessa destacar o diagnóstico sobre a crescente importância da televisão e das mídias eletrônicas e digitais nos processos de evangelização e disseminação de mensagens e práticas religiosas nas periferias dos grandes centros urbanos e nos diversos ambientes populares rurais e urbanos de grandes, médias e pequenas cidades do país desde a década de 1970.

Denotando a relevância desses temas, diferentes áreas disciplinares, como a Sociologia, a Antropologia, a Comunicação e, sobretudo, as Ciências da Religião, propõem perspectivas de abordagem dos aludidos processos. Centrados na discussão sobre os processos recentes de reconfiguração do campo religioso, privilegiando as práticas religiosas evangélicas pentecostais e as da renovação carismática católica, tais estudos sugerem perspectivas instigantes sobre as relações entre mídia, religião e culturas populares.¹

No que diz respeito à Igreja Católica, indique-se que o estudo pioneiro de Ralph Della Cava e Paula Montero (1991), publicado com o sugestivo título “E o verbo se faz imagem”, ao mesmo tempo em que já alertava para os desafios advindos das transformações dos meios de comunicação de massa para as práticas religiosas no país, indicava o despertar para a questão trazida pelas diretrizes do Concílio do Vaticano II (1965) e pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Incitante em suas perspectivas, o estudo, além de questionar as razões do que denomina atraso da Igreja Católica brasileira frente a tais processos, problematiza as diferentes respostas e alternativas então delineadas pela Igreja Católica brasileira aos

¹ Dentre o grande número de estudos sobre as relações entre religião, mídia e culturas populares, destacamos, nesta reflexão, os de Ralph Della Cava e Paula Montero (1991), Reginaldo Prandi (1997), Keila Patricia Gonzalez (2006) e Joanildo Burity (2008).

desafios das mídias eletrônicas. Dentre as respostas identificadas pelo estudo, está aquela que, em uma visão crítica sobre o uso dos meios de comunicação de massa, propõe a adoção de propostas da comunicação popular e alternativa.

Neste artigo, partindo do estímulo gerado por essas perspectivas, bem como por aquelas emergentes de pesquisas realizadas com materiais da rica imprensa popular do período, propomos discutir questões sobre a relação entre a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, a comunicação popular e as culturas periféricas na cidade de São Paulo.

Trata-se de pensar sobre a incidência de tais práticas religiosas na construção de territorialidades em nossas periferias urbanas, entendendo, como Raquel Rolnik (1993), que a singularidade de cada território é tributária do processo social e coletivo que o produziu. Assim, tendo como base a pesquisa nas muitas edições do jornal *Crita Povo*, mantido por quase 10 anos de publicação ininterrupta pelo Centro Popular da Região de São Miguel Paulista (CEMI), buscamos problematizar conexões dessas novas práticas religiosas na área da Educação e Comunicação Popular com as dinâmicas de construção dos territórios periféricos e dos movimentos sociais na Zona Leste da cidade de São Paulo entre os anos de 1970 e 1980.

1 A Igreja Católica e a comunicação popular

Como indicam inúmeros estudos, revigorada e fortalecida pelas diretrizes emanadas do Concílio do Vaticano II (1965) e pelas orientações sobre o novo perfil evangelizador saído das Conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM) realizadas em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979, a Igreja Católica, ou importantes setores dela, emergiram como um dos principais atores da história de resistência à ditadura e de rearticulação dos chamados novos movimentos populares no Brasil.²

² Os estudos sobre a atuação da Igreja Progressista no país, as repercussões das orientações advindas das Conferências de Medellín e de Puebla, bem como a relação entre Igreja e movimentos sociais, constituem um tema já bastante estudado tanto nas áreas de Sociologia e História como nas Ciências da Religião, abrangendo trabalhos clássicos e mais recentes sobre diversas dimensões da questão. Para a nossa discussão, lançamos mão de alguns autores específicos, dentre os quais, cabe mencionar Eder Sader (1988), Michael Löwy (2000), Luiz Eduardo Wanderley (2007) e Lucelmo Lacerda Brito (2010).

As Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla possibilitaram a tradução das diretrizes do Concílio para o contexto da América Latina, resultando nas propostas de ampliação da participação de leigos no trabalho de evangelização, que teria como um dos seus espaços privilegiados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como na ênfase da “opção preferencial pelos pobres” adotada pelas alas progressistas da Igreja no país.

Aqui, saliente-se, também, que as diretrizes traçadas a partir de Puebla são fundamentais para redirecionar as visões e as orientações da Igreja sobre o papel dos meios de comunicação na realidade latino-americana, assim como indicam caminhos para os usos dos meios de comunicação nos processos de evangelização entre nós.

Como pontua Pedro Gilberto Gomes (2002), a partir das Conferências de Medellín e, principalmente, de Puebla, a discussão sobre os usos dos meios de comunicação nos processos de evangelização ganhou força, assumindo novos contornos. Da mesma forma, Ralph Della Cava e Paula Montero (1991, p. 24) relatam que, a partir dos anos de 1970, “pela primeira vez, o clero atribuiu aos meios de comunicação de massa um papel central e indispensável na pregação do Evangelho e na condução do trabalho pastoral da Igreja”.

Aliás, essa importância pode ser percebida na análise do próprio documento final da Conferência de Puebla – *Documento de Puebla: Carta del Santo Padre a los Obispos Diocesanos de América Latina* (1979) –, que, reconhecendo a importância dos meios de comunicação na vida contemporânea na América Latina, avança não só na crítica ao papel desempenhado por esses meios, como também encaminha diversas propostas sobre o seu uso nos processos de evangelização pelas diversas instâncias, organismos e agentes de evangelização no continente.

O aludido documento, em sua terceira parte, publicada com o subtítulo “Evangelização na América Latina: Comunicação e Participação”, contém um relevante posicionamento crítico sobre a natureza dos meios e a sua atuação no continente, assim como traz um rol de orientações minuciosas sobre a necessária articulação entre a comunicação e as práticas de leigos e fiéis nos processos de evangelização. Em um primeiro plano, seguindo as análises críticas sobre o papel dos meios vigentes naquele contexto, reconhece que a comunicação constitui um dos fatores determinantes de sustentação das relações sociais desiguais na América Latina e denuncia o controle e a

manipulação exercidos pelos meios, bem como o predomínio do monopólio da informação pelos poderes econômicos e políticos. De igual modo, indica também os prejuízos advindos da influência exercida por empresas transnacionais nos processos de comunicação de massa, que, segundo aquela avaliação, alienam o povo de seus valores autóctones, e reafirmam a situação de dependência política, econômica e cultural de todo o continente.

Com relação aos usos dos meios, a Carta de Puebla destaca que, “salvo poucas exceções”, a Igreja não possui diretrizes e ações que formem e capacitem o povo de Deus para fazer frente ao “bombardeio dos meios de massa”, nem que despertem uma atitude crítica às mensagens ideológicas e alienantes desses meios.

Ao final, frente a tal diagnóstico, o texto eclesialístico propõe diretrizes para o desenvolvimento de políticas de comunicação para a evangelização no continente, dentre as quais, vale destacar: a criação de organismos específicos nacionais ou diocesanos de comunicação e a sua incorporação a todas as áreas pastorais; a priorização da formação de todos os agentes de evangelização no campo da comunicação social; o desenvolvimento de canais próprios de informação e de notícias que assegurem a intercomunicação e o diálogo da Igreja com o mundo; a promoção de atividades de formação crítica do público receptor frente a mensagens veiculadas pela mídia de massa; o fomento e a expansão do uso dos Meios de Comunicação Grupal (MCG), os chamados pequenos meios, tidos como menos custosos, de mais fácil manejo e propícios às ações de evangelização; e, finalmente, a incorporação das linguagens audiovisuais e a atualização e popularização da linguagem religiosa na elaboração e difusão das mensagens veiculadas, de modo a aproximá-las da realidade do povo.

Cabe observar que, no Brasil da censura e da posterior abertura, a concretização de tais diretrizes levou a tensões e a diferentes respostas no corpo da Igreja Católica. Enquanto uns defendiam que a Igreja deveria investir na criação de seus próprios meios, disputando com as mídias comerciais os corações e as mentes dos fiéis, outros propunham que atuasse junto aos meios de comunicação comerciais existentes, conquistando-os para as propostas da Igreja (Della Cava; Montero, 1991).

Uma terceira resposta, adotada, sobretudo, pelos setores progressistas na atuação nos ambientes populares, foi a criação de formas de comunicação

populares e alternativas, as quais, no documento de Puebla, foram denominadas meios de comunicação grupal. Essa opção insere-se em uma conjuntura na qual as práticas comunicacionais se constituíram como ingrediente importante das culturas de resistência e da dinâmica de organização e atuação dos movimentos populares e sindicais no período.

Indique-se que, para além dessa dinâmica cultural interna, na qual florescia uma forte cultura alternativa, a atuação desses grupos religiosos foi também tributária das propostas de comunicação popular que vinham se desenvolvendo na atuação da Igreja da América Latina desde os anos de 1970. Então identifica-se a atuação no continente de diversas entidades voltadas para os campos da educação e da comunicação popular.

No que tange à articulação dos movimentos sociais latino-americanos, essa experiência logrou constituir uma rede de entidades, que, a partir de 1977, como informa Maria Cristina Mata (1983), passou a ser liderada pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC), sediada em Lima, no Peru. Tal rede sustentou um Programa de Comunicação desenvolvido com base nas experiências nos trabalhos de educação popular, o qual se aprofundou após a cruzada de alfabetização promovida no governo sandinista, na Nicarágua. Nos anos seguintes, a rede cresceu e se expandiu, tornando mais estreita a colaboração entre entidades e militantes que vinham desenvolvendo experiências de educação e comunicação popular em vários países do continente, como Peru, Colômbia, Bolívia, México, Venezuela, Panamá, Costa Rica, República Dominicana e Nicarágua.

Também no Brasil, as diretrizes de Puebla relativas à opção preferencial pelos pobres, à ampliação da participação de leigos e à aposta na utilização dos meios de comunicação no trabalho de evangelização, além de fortalecer os trabalhos voltados para as regiões periféricas dos grandes centros, funcionariam como reforço às ações voltadas para a comunicação popular (Cruz, 2013; Miani, 2018).

Aqui, também, a partir do final da década de 1970, as atividades dos centros de educação e comunicação popular formaram uma rede colaborativa, que se estendeu de Norte a Sul do país. Em sua atuação, os centros desenvolviam inúmeras atividades tidas como de apoio aos movimentos e suas lutas, que iam desde os serviços de atendimento jurídico, os cursos de alfabetização e formação profissional, a produção de materiais e

a arrecadação de fundos até a formação de lideranças e a promoção de estudos sobre questões de interesse dos movimentos. Esse foi o caso do Centro de Comunicação Popular de São Miguel Paulista (CEMI), cuja atuação focamos nesta análise.

Fundado em 1982, com sede na antiga Catedral de São Miguel Arcanjo, localizada naquela vasta região periférica da cidade de São Paulo, sob a liderança de D. Angélico Bernardino, bispo auxiliar da Região Leste II, e de religiosos como Padre Carlos Strabelli³ e Padre Ticão,⁴ o CEMI desenvolveu intensa atividade junto a pastorais, CEBs e movimentos populares e sindicais da região, mantendo-se atuante até 1991.

Anote-se que, embora o CEMI não tenha sido o único nem o primeiro centro de educação e comunicação popular criado em São Paulo, é, sem dúvida, aquele que apresenta ligações mais orgânicas e explícitas com a Igreja, tanto no que diz respeito às suas instâncias hierárquicas quanto em relação aos seus organismos de base, como pastorais e CEBs.

Primeiramente denominado Centro de Educação Popular Manoel do Ó, o CEMI teve a sua organização anunciada na edição de número 0, de julho de 1982, do jornal editado pelo Centro, o Grita Povo:

Nosso Centro de Comunicação está aí: caminhando a passo miúdo, num jeito teimoso de quem quer crescer. Temos um sonho grande, mas as pernas ainda curtas. Por isso precisamos de você, da sua colaboração e sua crítica. Empreste seu jeito de dizer as coisas, sua arte e sua criatividade. Multiplique a sua palavra, estique seu grito para além dos muros de sua comunidade. Acreditamos na força e importância da comunicação “na caminhada de libertação” do nosso povo. Este ato de fé vem ligado estreitamente ao uso dos pequenos meios de comunicação: boletins, jornais, audiovisuais, cartazes. Se nossas comunidades já caminharam tanto e tão bem nesses últimos anos, melhor poderão fazer utilizando-se da força da comunicação popular (Jornal Grita Povo, n. 0, jul. 1982, p. 11).

³ Carlos Strabelli (1951-2019) foi um importante personagem da Igreja ligado aos movimentos e às lutas sociais na Zona Leste de cidade de São Paulo. Formado no Instituto Teológico de São Paulo (ITESP), foi ordenado padre por D. Paulo Evaristo Arns, em 1979. Padre da Igreja de São Francisco de Ermelino Matarazzo no início dos anos de 1980, foi diretor do CEMI e representante regional da Comissão de Direitos Humanos. Em 1989, abandonou o sacerdócio, mas continuou ativo nos movimentos sociais da região e da cidade.

⁴ Antonio Luis Marchione (1952-2021), conhecido como Padre Ticão, foi uma importante liderança religiosa e popular da Zona Leste. Frequentou os seminários de São Carlos, o Salesiano da Lapa e o Diocesano do Ipiranga; atuou na Zona Leste desde 1979 e, desde 1982, era o sacerdote da Paróquia de São Francisco, em Ermelino Matarazzo. Teve atuação marcante junto aos movimentos sociais e às lutas por políticas públicas na região.

Como assinalado, a organização e a atuação do CEMI também aconteceram inspiradas por trabalhos de comunicação desenvolvidos em Lima, no Peru. Nesse sentido, seguem as palavras de Carlos Strabelli (2007, p. 41), que assumiu a direção do CEMI entre 1982 e 1986, em entrevista à pesquisadora Regina Tavares de Menezes:

Nós começamos a perceber que na América Latina não éramos os únicos que estavam sob um regime autoritário, mas a América Latina toda nesse período. E havia reações importantes principalmente no Peru, na Colômbia e na Bolívia. Então, eu tive a oportunidade de conhecer centros de comunicação popular, fui pra Lima e pra La Paz trocar um pouco dessa experiência, uma riqueza fantástica. Quando voltamos de lá, voltamos com a certeza, com a convicção de que nós tínhamos que fundar um centro de comunicação popular aqui da Zona Leste.

Conforme aponta a avaliação sobre a questão do lugar da comunicação e da comunicação popular feita pelos coordenadores do CEMI, na sociedade moderna e para aquele projeto de transformação da sociedade, os meios de comunicação transformaram-se em instrumento fundamental das lutas sociais. Nas palavras desses coordenadores:

“Os meios de comunicação são uma arma mais poderosa que a mais moderna metralhadora. Na mão dos capitalistas, são instrumentos de dominação: roubam valores, matam nossa cultura e tradições, esvaziam nossa alma. Nas mãos do povo, poderão transformar-se numa das ferramentas mais eficazes da mudança estrutural que todos ansiosamente esperamos.” Situação frente a qual propõe[m] que, para os movimentos populares, “A única saída será inventar seus próprios meios, simples, práticos, baratos sem deixar de ser eficazes. [...]”. Concluindo que “nenhuma mudança será eficaz e duradoura sem o recurso e o uso adequado dos meios de comunicação” (Grita Povo, n. 10, maio 1983, p. 2).

Na mesma matéria, publicada em maio de 1983, na edição de número 10 do jornal Grita Povo, nota-se a indicação de que a comunicação popular não é um sonho impossível no continente, mas se torna uma realidade que “pipoca nas periferias das cidades, nas roças, nas vilas”, nas quais se encontram inúmeros grupos que produzem uma “comunicação com cheiro, jeito e garra do povo”, materializando-se em milhares de títulos de jornais, boletins, cadernos populares, teatro, fantoches, música etc. (JORNAL GRITA POVO, n. 10, maio 1983, p. 2).

A concepção que animava essa atuação pode ser percebida nas próprias manifestações de D. Angélico, como a destacada no trecho de um editorial assinado por ele, no jornal Grita Povo:

A MUDANÇA virá de BAIXO! Virá do POVO! Que vai abrindo os olhos. Do povo que vai se unindo e se organizando em Grupos de Rua, Comunidades Eclesiais Populares, Grupos de Mães, Sindicatos, Movimentos Populares e em Partidos Políticos dele. A caminhada é dura. É a luta de Davi contra Golias. De Davi que precisa ir acertando os pontos fracos do gigante opressor. Nesta luta, o povo oprimido não está só. Conta com o aliado maior. Deus que é Pai e que, vendo a opressão de sua gente, está decidido a lutar com ela em sua arrancada libertadora. Um dia, como profetizou Maria de Nazaré, “os poderosos serão derrubados de seus tronos e os humildes serão elevados” (Evangelho de Lucas 1, 52). Esta certeza alimenta nossa esperança (Grita Povo, n. 1, ago. 1982, p. 1).

Por si só, esse pequeno excerto, costurado em uma linguagem que mescla a crítica política, a simbologia de personagens bíblicos e as lições de diferentes salmos e passagens da Bíblia, transporta-nos a uma proposta evangelizadora que sugere dialogar diretamente com os setores populares e preconiza estar junto em sua caminhada libertadora. Com as suas referências explícitas à importância da auto-organização do povo, sinaliza também diretrizes alicerçadas na Teologia da Libertação, que orientam a ação de evangelização desenvolvida nos diversos bairros da Região de São Miguel Paulista naqueles anos.

Para a reflexão que aqui propomos, importa também salientar o papel atribuído à comunicação popular como “espaço da enunciação de experiências libertadoras” e ao próprio CEMI como “ferramenta da Igreja-comunicação”, “casa de debates”, lugar de aprendizado, construção e disseminação das experiências populares voltadas para a construção de uma sociedade justa e fraterna.⁵

2 Periferia, Igreja e comunicação popular

⁵ Os termos aqui usados para definir o papel da comunicação popular e do CEMI são emprestados da coluna de D. Angélico na edição do jornal Grita Povo de número 21, publicada em janeiro de 1984, p. 2.

A emergência dos movimentos populares e sindicais diversos é uma das dimensões históricas centrais do contexto das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país. Em um ambiente de efervescência, a conjuntura registra uma grande diversidade de movimentos e práticas urbanas que desenham um novo mapa para as periferias das grandes cidades e se configuram como dimensão fundamental do tecido político e social daquele tempo/espço.

A pesquisa sobre o tema deixa ver uma série de movimentos sindicais e populares que se disseminaram por todas as grandes cidades do país, os quais, com a sua multiplicidade, põem em foco a própria noção de sujeito coletivo (Dagnino, 1994; Sader, 1988; Teles; Paoli, 2000). E são esses movimentos sociais urbanos, que, nos seus diversos arranjos – por transporte, por habitação, por creches, contra enchentes, contra a carestia –, emergem como novos personagens no cenário das lutas sociais e como construtores desses novos territórios das metrópoles brasileiras, as periferias urbanas.

Como sustenta Ermínia Maricato (2000), o processo acelerado de urbanização do país empurra os trabalhadores e os migrantes recém-chegados do Brasil rural para as franjas das cidades. A partir dos anos de 1950, as periferias dos grandes centros emergiram como resultado de um lento processo de segregação territorial, que transformou “radicalmente os modos de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído” (Maricato, 2000, p. 22). E é nesse cenário, empurrados pelo processo de espoliação urbana para áreas distantes dos centros das cidades, que então contavam com infraestruturas precárias ou inexistentes, que os trabalhadores e as suas famílias se movimentaram na busca de melhoria de suas condições de vida, marcando, com as suas lutas, a territorialidade desses novos pedaços das metrópoles brasileiras. Nesse processo, uma nova sociabilidade classista e popular penetrava os locais de moradia e trabalho, ganhando visibilidade em novas tradições políticas e formas de organização. Neste contexto, como propõe Burgos, o mundo popular constrói as suas formas de participação política a partir desses territórios de exclusão, e não a partir da cidade, que é o lugar no qual os direitos universais e a cidadania são pressupostos. Nesse espaço, a reivindicação e as lutas por melhorias urbanas para o território se politizam e assumem a dimensão de lutas pelo direito à cidade e à cidadania (Burgos, 2005).

Sobreposto a esse processo de reordenação socioespacial da cidade, a Igreja Católica, por meio de ações da Arquidiocese de São Paulo, sob a liderança de D. Paulo Evaristo Arns, por meio da divisão da cidade em regiões episcopais e da designação de bispos auxiliares para cada uma delas, também passava a traçar uma nova geografia para a sua atuação no município. Foi, principalmente, a partir desse período, que, junto com os movimentos sociais, os setores progressistas da Igreja, por intermédio de seus organismos, como as diversas pastorais, e de agrupamentos de leigos católicos, tais como as CEBs, constituíram-se como parceiros das organizações populares e personagens de destaque dessa nova trama social da cidade e da configuração identitária desses novos territórios.⁶

Importante ressaltar que essa reorientação da ação pastoral e a reordenação da atuação espacial da Igreja Católica na metrópole paulista ocorreram sob as perspectivas de desenvolvimento da Operação Periferia. Lançada por D. Paulo Evaristo Arns, na Campanha da Fraternidade de 1972, a Operação Periferia, convocando a solidariedade de religiosos e leigos na concretização de uma igreja voltada para os pobres, organizou os diversos setores pastorais, formou religiosos e leigos, bem como investiu recursos nas franjas periféricas da cidade. Com um projeto que tinha como principais objetivos superar o assistencialismo e formar comunidades conscientes e participativas, descobrir e treinar lideranças locais, formadoras e animadoras de comunidade, construir centros comunitários em cada bairro, criar e coordenar recursos humanos e materiais a serviço das comunidades periféricas, a Operação Periferia deu suporte à atuação de religiosos e leigos nos bairros populares da cidade (Domezi, 1995).

Assim como outros territórios periféricos da cidade de São Paulo e de outros municípios do país, a formação da Zona Leste esteve articulada ao acelerado processo de urbanização e desenvolvimento do capitalismo no estado. Conforme apontam Raquel Rolnik e Heitor Frúgoli Jr. (2001), a transformação dos subúrbios orientais da cidade na grande periferia que

⁶ Aqui, vale ainda pontuar que, sobretudo no campo da pesquisa histórica, as análises focalizaram muito mais os movimentos sindicais e grevistas, deixando em segundo plano os grupamentos mais transitórios e informais, que conformaram os chamados movimentos sociais urbanos. Tal viés dos estudos ajuda a compreender porque a atuação dos movimentos e dos Centros de Comunicação Populares, tão importantes no período, tenha suscitado tão pouco a pesquisa por parte dos historiadores, deixando em aberto questões importantes sobre as suas formas de auto-organização, expressão, linguagem e comunicação.

conforma a Zona Leste resultou do grande adensamento populacional dos bairros suburbanos formados pela ocupação de vários núcleos existentes ao longo do antigo caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, bem como dos terrenos às margens da antiga ferrovia Central do Brasil, que haviam se integrado à cidade na primeira metade do século XX.⁷

Seria a partir do final da Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelo acelerado processo de metropolização paulistana, que a Zona Leste passou a ter a sua feição radicalmente transformada. A área experimentou um crescimento das atividades do comércio, da indústria e, especialmente, populacional e a partir de então, passou a ser ocupada por um grande contingente de trabalhadores e transformou-se em um dos mais importantes territórios periféricos da cidade de São Paulo. E, a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, como assevera Teresa Pires do Rio Caldeira (1984), São Miguel e os outros bairros da região perderam a designação de “cidade satélite” para serem chamados de periferia, conformando-se em um cenário em que a moradia das famílias de centenas de milhares de trabalhadores, em sua maioria casas autoconstruídas, assentou-se em loteamentos irregulares e clandestinos, em um espaço quase que totalmente despido de infraestrutura urbana.

Foi nesse chão social, sob a liderança de D. Angélico, que a Região Episcopal Leste II transformar-se-ia em um dos espaços de maior fermentação e de atuação das correntes progressistas católicas na cidade. Criada em 1976, com o desdobramento da Região Episcopal Leste, a Leste II estava dividida em setores religiosos que abrangiam São Miguel, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianazes, Artur Alvim, Ponte Rasa, Vila Esperança e Cangaíba.

Tais setores religiosos, que agregavam grupos de paróquias, capelas e comunidades, transformaram-se em espaços de intensa militância católica, caracterizados pela articulação entre a vida religiosa e as lutas sociais. Em uma região que se constituía nas margens da cidade legal, a atuação católica esteve diretamente articulada às intervenções por melhorias urbanas no

⁷ Indique-se que vários dos bairros, então pequenas vilas ou aldeamentos, que compõem a Zona Leste, têm uma história que remonta aos séculos XVI e XVII, e a sua integração à área urbana aconteceu a partir da primeira metade do século XX, com a formação de zonas suburbanas. Processo esse discutido com maior profundidade no clássico estudo “Subúrbios orientais de São Paulo”, de Aroldo Edgard de Azevedo (1945).

território, envolvendo-se na organização e, não raras vezes, assumindo, via participação leiga e de religiosos, a liderança nas lutas dos diversos movimentos.

Buscando ampla penetração no tecido social dos diversos bairros que compunham aquela vasta região, a presença católica se organizou em uma rede que, partindo das diretrizes emanadas das lideranças centrais, chegava a todas as mais de 40 paróquias e aos mais de 200 centros comunitários estabelecidos pela Igreja entre os anos de 1978 e 1988 na Leste II. Como salienta Carlos Strabelli (*apud* Valim, 2020), esses centros comunitários eram espaço de culto, mas também de organização da população e de formação política, sob a perspectiva da Teologia da Libertação.

Apostando em uma estrutura que articulava religiosos e leigos, em cada um dos setores, contava com coordenadores religiosos, eleitos pelo conselho de comunidades entre os padres das paróquias que o compunham, e que, junto com a atuação transversal das diversas Pastorais, orientavam as ações políticas e de evangelização das CEBs e dos Grupos de Rua. Tendo como alvo principal o chamado “trabalho de base”, que buscava atingir não só os movimentos sociais, mas também os fiéis em seus espaços cotidianos de vivência e moradia, priorizou e investiu significativamente na formação de leigos e na multiplicação das CEBs, que, no auge das lutas, chegaram a totalizar 250 organizadas e atuantes na região.

Aqui, há que se mencionar que, para além das CEBs, outros organismos de base, os Grupos de Rua, também tiveram papel fundamental nessa militância. Organismos pouco mencionados nos estudos sobre a organização dessas lutas, os Grupos de Rua, que eram formados com base no esquadrinhamento miúdo do território e reuniam moradores de ruas próximas, junto com as CEBs, sinalizaram essa estratégia de privilegiar o território como espaço das lutas sociais e das disputas políticas e de encontro com os sujeitos sociais destinatários de suas propostas nas várias e diversas facetas de sua experiência social.

Nesse processo, a atuação de religiosos e leigos na Leste II encontrou, na comunicação popular, um espaço privilegiado de atuação, fazendo do CEMI o seu principal instrumento na articulação entre a sua ação política e evangelizadora e as lutas e os movimentos populares emergentes na região.

Para se ter ideia da importância atribuída à comunicação popular e ao próprio CEMI, recorreremos, novamente, à coluna Recado de D. Angélico, publicada sob o título “Comunicação e Pastoral”, na edição de janeiro de 1984 do jornal Grita Povo, quando, lamentando a pouca atenção prestada pelas lideranças religiosas à comunicação popular, o religioso assinalou o papel fundamental de pequenos meios bem produzidos na disputa contra o poder dos meios de comunicação de massa, indicou o sucesso do CEMI e clamou pelo envolvimento com as atividades do Centro:

Diante desta situação, a Região de São Miguel reage com coragem investindo na comunicação. Aí está o CEMI – Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel – com suas publicações e programações. O CEMI está a serviço de nossos grupos de rua, comunidades, dos movimentos populares, de nosso Projeto Pastoral, para que, através de comunicação séria e voltada para os interesses do Povo, possamos, aqui e agora, dar nossa contribuição à construção de sociedade justa e fraterna. O apelo que lhes dirijo: façamos do CEMI o ‘lugar’ de comunicação irradiante e nossa Região. Façamos do CEMI nossa casa, em constantes debates, troca de experiências, para que sejamos uma Igreja-comunicação, em constante, ampla comunicação (Grita Povo, n. 21, jan. 1984, p. 2).

A própria avaliação dos coordenadores do CEMI, publicada anteriormente, em maio de 1983, ocasião em que o Centro assumiu a nomeação de Centro de Comunicação Popular de São Miguel Paulista, nos ajuda a compreender a concepção e a trajetória de organização de suas atividades. Naquele momento, afirmando a centralidade da comunicação popular para a conscientização política, os coordenadores do Centro não só comemoraram o sucesso da iniciativa, já que o espaço se encontrava em pleno funcionamento, “de portas e janelas abertas para que o povo entre e produza sua comunicação” (Grita Povo, n. 10, maio 1983, p. 2), mas também traçaram perspectivas de expansão de suas atividades e áreas de atuação.

Coordenando o trabalho desenvolvido nas paróquias e nos centros comunitários de toda a Leste II, o CEMI atuou junto com uma miríade de movimentos que então se estruturavam na região, como os de luta por moradia e pela regularização de loteamentos clandestinos, creches e postos de saúde, por escolas e transporte, de apoio aos movimentos operários das diversas categoriais e aos movimentos negros e de mulheres, dentre outros. Aliás, logo na sua ata de criação, o Centro definiu como sua finalidade básica

a de “promover de forma sistemática o apoio a todas as iniciativas que visam à articulação e unificação entre si dos movimentos populares da região, na direção da construção de um poder popular” (MENEZES, 2007, p. 43). Todo esse trabalho, embora contasse com a participação de personagens ligados a forças políticas diferentes daquela representada pelos religiosos e leigos católicos, como os partidos e as correntes de esquerda, esteve sempre sob a direção e o controle da hierarquia e dos organismos católicos.

Contando com a entrada de recursos financeiros estáveis advindos da Misereor, entidade episcopal de cooperação ligada à Igreja Católica alemã e de outras entidades estrangeiras religiosas e da venda de serviços e produtos para outras entidades, o CEMI logrou constituir uma estrutura material e de equipamentos razoável. No auge de sua atuação, como ainda aponta Strabelli (*apud* Valim, 2020), funcionando em um imóvel de dois andares localizado na região central de São Miguel Paulista, o Centro contava com gráfica própria, um estúdio de som, um caminhão de som tipo trio elétrico, uma biblioteca com um acervo de mais de 35 mil documentos abordando as lutas da Zona Leste, 3.500 livros, uma hemeroteca com coleções dos jornais alternativos e dos movimentos populares e operários, 5 mil *slides* e 20 mil horas de vídeo com registros dos movimentos.⁸

Formado, em sua fase inicial, com profissionais ligados à comunicação popular, como Regina Festa, Gilberto Nascimento e Douglas Mansur, além de outros voluntários leigos, o Centro foi sempre dirigido por um religioso orientado pelas diretrizes da Arquidiocese e da região episcopal. No período estudado, organizava o seu trabalho de comunicação e educação popular nos seguintes setores: Setor de Comunicação, voltado para a produção de programas de rádio, do jornal Grita Povo e de outros materiais, como cadernos, cartilhas e boletins; Setor de Audiovisual, que desenvolvia trabalhos com videocassete, fotóforo e fotocassete, produzindo materiais visuais e sonoros temáticos voltados para a formação/informação dos diversos agentes; Setor de Formação, que organizava os cursos e debates oferecidos pelo Centro e outros organismos da Igreja e dos movimentos na região; Setor de

⁸ Para se ter uma ideia da diversidade e da riqueza desses materiais produzidos e difundidos pelo CEMI no período, saliente-se que o inventário do acervo, por ele acumulado, realizado por Regina Tavares de Menezes (2007), aponta a identificação de, aproximadamente, 40 mil itens, dentre os quais estão coleções de jornais e informes populares, cartilhas, boletins, cartazes, panfletos, vídeos, fitas cassetes e conjuntos de *slides*.

Rádio Popular, que era responsável pelos sistemas de mais de 40 Rádios Corneta, que consistia em um sistema de alto-falantes colocados em locais estratégicos das regiões; Setor de Alfabetização de Adultos, que congregava as equipes voltadas para a alfabetização de adultos segundo as propostas freirianias; e Setor de Documentação, responsável pela montagem de arquivos, biblioteca, hemeroteca e diapoteca, reunindo, organizando e dando acesso aos materiais que eram produzidos ou recebidos pelo Centro e eram usados como suporte de todas as outras atividades.

Com essa conformação e intensa militância social/evangelizadora, que privilegiava a militância solidária e coletiva, a qual, segundo a fala de D. Angélico destacada anteriormente, estava “a serviço de nossos grupos de rua, comunidades, dos movimentos populares, de nosso Projeto Pastoral”, o CEMI desenvolvia uma “comunicação séria e voltada para os interesses do Povo”, tendo como horizonte a “construção de sociedade justa e fraterna”.

No decorrer de mais de uma década de sua existência, apoiado no trabalho desses diferentes setores, o CEMI desenvolveu uma agenda extensa, movimentada e contínua de atividades voltadas para os grupos de base da Igreja, para os movimentos sociais, bem como para toda a população da região. Com atividades que iam desde cursos e debates diversos, produção de jornais murais, organização de bibliotecas nas comunidades, confecção e distribuição de materiais impressos, como boletins, cartilhas, realização de seções de cinema, peças de teatro, semanas e feiras culturais, encontros musicais, quermesses, piqueniques e festas, até chegar a atividades voltadas para públicos mais amplos, como a edição regular do jornal Grita Povo.

Para além do intenso trabalho de formação de lideranças, que visava a garantir o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do trabalho de base, uma das principais metas do trabalho do CEMI era o de, via ações de comunicação, promover o desenvolvimento do diálogo e das conexões entre os diferentes movimentos que se formaram e atuavam na região. Dada a amplitude do território e a distância entre as muitas paróquias, o Grita Povo, distribuído em todos os bairros da Leste II, colocou-se como uma das principais apostas para promover a articulação entre os movimentos e as demandas dos diversos bairros da região.

Vindo a público por quase 10 anos, com edições regulares entre julho de 1982 e dezembro de 1991, identificando-se como um jornal da região de São

Miguel Paulista, desde o número zero, o Grita Povo buscou trazer para as suas páginas a vida comunitária, as reivindicações e as lutas dos vários bairros da Zona Leste.

Editado em uma feição gráfica e editorial bastante atrativa, ilustrado com fotos, desenhos livres, charges e historietas, e composto de seções, conteúdos e legendas bem definidas e distribuídas, além de um rol de matérias que dialogavam com as necessidades e as lutas mais prementes dos bairros, como regulamentação de terrenos, construção de moradias, saneamento e saúde, creches e luta das mulheres, tinha um papel ativo junto aos movimentos sociais na região e de inscrição das marcas dessa militância social evangelizadora na geografia social e na cultura política que se engendrou naquele território.

Uma leitura inicial do jornal já revela a forte adesão do periódico ao território que se concretiza na busca de inserção nas experiências e condições de vida nos diversos bairros da região, e de diálogo e compromisso com os movimentos populares e sindicais e suas lutas.

Nesse diapasão, fotos de grande formato de procissões em eventos religiosos, assembleias e encontros de CEBs e Pastorais, de cerimônias religiosas promovidas por grupos de negros, mulheres e trabalhadores, além de desenhos e fotos com simbolismos religiosos, promoviam e davam visibilidade a essa ação evangelizadora e ao projeto de intervenção guiado pela Teologia da Libertação, o foco central da intervenção do periódico.

Nas suas várias edições, grandes fotos de manifestações na Praça da Matriz de São Miguel e da movimentação de caravanas e reuniões populares nos diversos bairros da Zona Leste apoiavam manchetes de capa, tais como “São Miguel é reduto da Oposição” (n. 1), “O Povo de São Miguel vai à Luta” (n. 10), “Enchentes: São Miguel foi por água abaixo” (n. 6), “30 mil na Caravana da Saúde” (n. 13), dentre outras, compondo uma visão ampla das lutas e dos problemas enfrentados pelas populações pobres daquela região da periferia paulistana, e propondo conexões com as mobilizações e os diversos movimentos sociais, e o engajamento nas lutas locais por terra, saúde, creches etc.

Assim também o funcionamento de 40 Rádios Corneta, com os seus sistemas de alto-falantes alocados em locais estratégicos das regiões, desenvolvendo uma programação regular, composta pela transmissão de

notícias gerais e informes locais, combinados com música e outras mensagens culturais e de entretenimento, buscava promover a identidade coletiva e solidária desses territórios.

Nessa dinâmica de atuação, uma das prioridades era a formação política dos diversos agentes envolvidos no trabalho que alcançava desde as lideranças até moradores, formados como animadores populares participantes dos grupos de rua ou dos círculos de oração. Na pesquisa, identifica-se uma atividade constante de promoção de uma miríade de cursos, que objetivavam, desde a formação de lideranças de movimentos e pastorais, de comunicadores e educadores populares até a formação política de lideranças de CEBs e de Grupos de Rua. Somando-se aos cursos específicos, destacam-se inúmeras reuniões, debates e encontros com a participação de leigos e religiosos ligados à Teologia da Libertação, os quais sinalizam a mobilização contínua em direção à articulação desses grupos e organismos em questões do cenário político da conjuntura.

Nesse processo, estabeleceu-se um canal de mão dupla, por meio do qual a articulação entre população e Igreja na construção daquele território se deu não só por meio da presença dos religiosos, das CEBs e dos Grupos de Rua nos diversos espaços e movimentos dos bairros, como também os diversos movimentos fizeram das sedes das igrejas, dos salões paroquiais, dos centros comunitários e do CEMI ou da Praça da Matriz espaços de suas reuniões e manifestações.

Nessa dinâmica Igreja/movimentos, vale também ressaltar temporalidades que se combinam no calendário de atividades religiosas da Igreja na região, marcado seja pelas datas religiosas e procissões, seja pelas campanhas da fraternidade anuais, trazendo para o seu interior temas, demandas e manifestações dos movimentos sociais por direitos urbanos.

Assim, as diversas ações e propostas dessa militância católica dialogavam com esses sujeitos coletivos não só por meio de suas identidades sociais de trabalhadoras e trabalhadores, mas também enquanto mulheres e homens, jovens e crianças, negros ou nordestinos, mães e pais de família, e, principalmente, enquanto moradoras e moradores daqueles territórios. Nesse campo, a educação e a comunicação popular constituem-se como importante espaço na conformação da cultura política e na configuração da geografia social e cultural da periferia leste da cidade de São Paulo.

Tais ações indicam que, já naquele momento, diferentemente dos grupos e partidos de esquerda, que visavam a organizar os trabalhadores a partir de seus locais de trabalho e das organizações sindicais, as intervenções da Igreja Progressista que objetivavam a organização do campo popular tinham como foco preferencial o território, apresentando como alvo principal os trabalhadores e as suas famílias em seus espaços de moradia e vivência.

Considerações finais

Com a reviravolta conservadora trazida pelos papados de Paulo VI e João Paulo II, a atuação a Igreja Católica na Zona Leste, assim como em outras regiões periféricas da cidade, sofreu modificações significativas.

A nova proposta de divisão do território da Arquidiocese desestruturou muitas das ações da Operação Periferia, que, combinada ao combate e à censura aos princípios da Teologia da Libertação, atingia os alicerces de atuação das correntes progressistas na cidade. Com o remanejamento dos bispos e a saída de D. Angélico da região episcopal de São Miguel, a Igreja Progressista perdeu a sua grande liderança na região.

A Igreja voltou-se para dentro, e as atividades que se propunham a formar e mobilizar lideranças e movimentos populares via ações de comunicação e educação foram, aos poucos, se esvaziando, até que, em 1992, tanto o CEMI encerrou as suas atividades quanto o Grita Povo deixou de ser publicado.

Encerrava-se um período no qual, investindo em estratégias voltadas para a comunicação e a educação popular, a militância social evangelizadora de setores progressistas da Igreja Católica, privilegiando as ações solidárias e coletivas, colocava-se como importante ator na configuração social e cultural da periferia leste da cidade de São Paulo.

A partir daqueles anos, o campo religioso do Catolicismo, em suas interseções com as culturas urbanas e os ambientes das cidades brasileiras, transformou-se. Esse foi um processo no qual a Teologia da Libertação e as Pastorais Sociais perderam força, as relações hierárquicas entre membros do clero e destes com os leigos foram reforçadas e a ação católica evangelizadora predominante assumiu diretrizes mais intimistas e pietistas do que sociais, mais próximas das denominações evangélicas pentecostais.

Esses movimentos tiveram a sua principal vertente na Renovação Carismática, e, segundo Reginaldo Prandi (1997), ganharam adesão, primeiramente, junto a setores da classe média, pugnando por uma vida religiosa centrada na intimidade e no controle moral da vida privada dos fiéis. Neles, em vez das CEBs, foram os grupos de oração que passaram a organizar as comunidades católicas, e as práticas religiosas valorizavam a crença no dom divino, o êxtase religioso e os rituais de cura. Em suas ações de comunicação, os pequenos meios perderam espaço para as mídias eletrônicas, compostas por uma programação espetacularizada, com grande participação de astros religiosos midiáticos (Gonzalez, 2006).

Para além das mudanças na atuação da Igreja na região, a Zona Leste de São Paulo, desde então, experimentou inúmeras outras transformações sociais, políticas e culturais. Como indicam diversos estudos sobre o tema (Antunes, 2007; Gohn, 2007; Harvey, 1993; Telles; Paoli, 2000), esse também foi um período a partir do qual as classes trabalhadoras urbanas e os setores populares, atingidos pelos processos de desindustrialização e de reestruturação produtivas advindas da globalização, tiveram a sua composição e os seus modos de viver e trabalhar profundamente transformados. Contexto de mudanças relevantes no campo da ação coletiva, no qual os movimentos sociais reconfiguraram-se em suas práticas e agendas, as formas de organização popular tornaram-se mais institucionalizadas e o sindicalismo perdeu força.

Não obstante, as heranças advindas do diálogo entre gerações continuaram ativas naquele território e, ainda hoje, influenciam na formação de novos ativistas, bem como nos processos de luta atuais. Tais heranças e marcas tornam-se visíveis não só na materialidade da geografia social dos bairros, com seus caminhos e edificações, que se colocam como monumentos dos direitos e melhorias conquistadas, mas também na conformação de uma nova cultura política e na definição de estratégias das novas lutas. Cultura política que, como bem coloca Evelina Dagnino (1994), fez emergir uma nova noção de cidadania com sentido popular, que se refere à afirmação dos interesses e direitos de uma parte da sociedade que não se confunde com toda a sociedade.

Para a reflexão aqui proposta, trata-se de insistir na importância das referências históricas das lutas travadas nas periferias urbanas daquele

período para a compreensão de novos movimentos sociais como os movimentos de luta por moradia, os coletivos culturais ou os movimentos femininos periféricos. Para além das rupturas e continuidades, as análises sobre as lutas sociais daquele período nos alertam para a importância de se tomar o território como espaço de articulação coletiva das lutas. Da mesma forma, nos desperta a atenção para a importância da comunicação e das religiões na conformação das culturas políticas nos ambientes populares.

Na reflexão proposta a partir daquelas referências, trata-se de problematizar as relações entre religião, comunicação e territórios populares em diálogo com questões importantes e que insistem em se fazer pensar sobre a organização, a atuação e a articulação dos movimentos sociais na atualidade.

Em tempos de expansão do negacionismo, do fundamentalismo e da pós-verdade, trata-se, também, de, no diálogo com o potencial crítico e democratizante das concepções e práticas daquele projeto de comunicação popular, enfrentar os desafios advindos da incidência crescente da comunicação em rede e das novas mídias em seus impactos nos ambientes populares.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

AZEVEDO, A. E. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese para provimento de cátedra, FFLCH-USP, São Paulo, Brasil, 1945.

BRITO, L. L. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 111, 2010. pp. 81-89. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10681>. Acesso em: 21/04/2023.

BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, v. 48, n. 1, 2005. pp. 189-222.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, n. 20, 2008. pp. 83-113.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONFERÊNCIAS DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla**: Carta del Santo Padre a los Obispos Diocesanos de América Latina. Puebla: CELAM, 1979.

CRUZ, H. F. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História**, v. 48, 2013.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. **Anos**, n. 90, 1994. pp. 103-115.

DELLA CAVA, R.; MONTERO, P. **E o verbo se faz imagem**: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil, 1962-1989. Petrópolis: Vozes, 1991.

DOMEZI, M. C. **Do corpo cintilante ao corpo torturado**: uma Igreja em Operação Periferia. São Paulo: Paulus, 1995.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOMES, P. G. Decifra-me ou te devoro... sobre a evangelização e a mídia do ponto de vista da comunicação. **Perspectiva Teológica**, n. 34, 2002. pp. 335-350.

GONZALEZ, K. P. **Renovação Carismática Católica**: continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005). Dissertação, FCLAS, São Paulo, Brasil, 2006.

GRITA POVO. **Jornal Quinzenal Oficial da Diocese de São Miguel Paulista**. São Paulo, 1892-1991.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

LÖWY, M. **Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MATA, M. C. Formación y interrelacionamiento: la experiencia del Programa de Comunicación de CELADEC. **CHASQUI - Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 8, 1983. pp. 76-79.

MENEZES, R. T. **Memória em papel**: o jornalismo popular e a memória coletiva. Dissertação, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2007.

MIANI, R. A. A contribuição dos Centros Populares de Documentação e Comunicação nos processos de produção comunicativa dos movimentos sociais. **Anais...** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., Joinville, 2018.

PRANDI, J. R. **Um sopro do espírito**. São Paulo: Edusp, 1997.

ROLNIK, R. História urbana: história na cidade? **Anais...** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, São Paulo, v. 2, 1993.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JR., H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, n. 6, 2001. pp. 43-66.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STRABELLI, C. Entrevista concedida em São Miguel Paulista. *In*: MENEZES, R. T. **Memória em papel**: o jornalismo popular e a memória coletiva. Dissertação, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2007.

TELLES, V. S.; PAOLI, M. C. P. M. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In*: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

VALIM, A. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação/Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 2020.

WANDERLEY, L. E. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.